



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DO PROGRAMA ESPECIAL DE SAÚDE DO RIO DOCE

Data: 10 de abril de 2025

Horário: Início às 10h00

Local: Reunião híbrida – Ministério da Saúde (GAB/SE) e videoconferência

Coordenação: Secretaria Executiva Adjunta/MS – Juliana Carneiro

1. Abertura

A reunião foi aberta pela representante da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, Juliana Carneiro, que deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou a natureza híbrida do encontro, com participantes presencialmente no Ministério e outros conectados remotamente.

Juliana iniciou sua fala apresentando-se como Secretária Executiva Adjunta, recém-integrada à equipe, e reforçou a importância da Câmara Técnica como espaço de acompanhamento das obrigações pactuadas no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

2. Informes Iniciais

Juliana destacou que esta é a segunda reunião ordinária da Câmara Técnica e frisou a relevância do acompanhamento das obrigações a serem assumidas pelas instituições públicas após o período de execução pelas empresas responsáveis.

Foi pontuado que o **monitoramento da qualidade da água para consumo humano**, conforme previsto no acordo judicial, será de responsabilidade das empresas por 18 meses (a contar de maio de 2024), sendo posteriormente assumido pelas instituições públicas a partir de **novembro de 2025**.

3. Encaminhamentos sobre o Monitoramento da Qualidade da Água

Juliana relatou que as empresas comunicaram recentemente uma **nova troca do laboratório responsável pelo monitoramento**, a segunda em menos de dois anos, sem apresentação prévia de justificativas ou garantias técnicas.

O Ministério da Saúde formalizou, por meio de **ofício à Casa Civil**, a preocupação com a mudança, destacando a necessidade de garantir a qualificação técnica do novo laboratório e sugerindo a realização de **visita técnica conjunta** (MS e Secretarias Estaduais de Saúde) para validação da estrutura e metodologia.



Foi solicitada também reunião com as empresas para tratar exclusivamente deste tema, porém até o momento **não houve retorno**.

4. Propostas e Encaminhamentos

O representante do Secretaria de Saúde do Estado de MG - **Fellipe Antonio Andrade Chaves**, propôs a elaboração de um **fluxo de trabalho estruturado** sobre o processo de transição do monitoramento, a ser apresentado e debatido na próxima reunião.

Fellipe também sugeriu a definição de **ponto focal junto à Samarco**, com o objetivo de melhorar a comunicação institucional, especialmente no que se refere ao envio de informações.

Ainda foi registrada a necessidade de adequação dos **laudos laboratoriais** ao padrão exigido pelo sistema **Siságua**, ponto crítico identificado em experiências anteriores com laboratórios substituídos.

5. Alinhamentos Interinstitucionais e encerramento

Lucas Daniel Marciano de Oliveira, representante do Estado de Minas Gerais, reforçou a importância de articulação antecipada e sugeriu a realização de agendas técnicas intermediárias com os representantes estaduais (MG e ES), o Ministério da Saúde e as equipes envolvidas para tratar dos encaminhamentos propostos.

Juliana indicou que, por parte da equipe técnica do Ministério, **Jaqueleine e Gabriela** estão à frente da coordenação do tema, e se comprometeu a articular a construção conjunta do fluxo e da proposta para a próxima reunião.